

EMPREGO PÚBLICO EM PORTUGAL E NO CONTEXTO DA ZONA EURO

O que se expõe aqui é uma caracterização do emprego público em Portugal, recorrendo a várias variáveis: peso do emprego público na população activa e população empregada portuguesa, remunerações em percentagem do PIB, taxa de feminização do mercado de trabalho em geral comparativamente à taxa verificada no emprego público, nível de tecnicidade do emprego nas administrações públicas e a estrutura etária que caracteriza os funcionários que trabalham no sector público. Para além desta análise, faz-se, também, uma comparação com os dados existentes com os outros países da Zona Euro, com especial incidência sobre Alemanha, França, Espanha e Itália, as maiores economias da região, e também para a Zona Euro e União Europeia em termos agregados. Por fim, faz-se uma caracterização do emprego público nas Entidades Públicas Empresariais (EPE) e sobre o Sistema de Requalificação do Estado (antigamente denominado Sistema de Mobilidade).

Do exposto, pode concluir-se que desde a implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira foram obtidos resultados positivos na racionalização da função pública, visíveis, por exemplo, na redução de cerca de 10% no número de funcionários públicos, na redução do peso das remunerações no PIB em 0.8 pontos percentuais entre 2011 e o 1T14, na diminuição de cerca de 5% na remuneração média mensal e na queda de aproximadamente 2 pontos percentuais do peso da despesa pública com pessoal no produto interno bruto. Dos resultados obtidos chama-se particular atenção para a redução do número de funcionários públicos, dado o seu carácter permanente e que poderá favorecer a redução sustentada da despesa pública com pessoal.

• Emprego na Administração Pública no quadro do mercado de trabalho português

Os dados mais recentes existentes para as estatísticas do emprego público português registam um total de 552,959 postos de trabalho no 2º trimestre deste ano, um decréscimo de 9.7% face a Dezembro de 2011 (ano de aplicação do memorando da Troika). A maior percentagem dos postos de trabalho encontra-se na administração central, com 74.4%, registando este sector da administração pública o maior decréscimo (10.4% face a Dezembro de 2011). O principal motivo apresentado pela Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) foi a passagem à reforma/aposentação de vários funcionários públicos, registando uma percentagem de 62.6% das saídas verificadas na Administração Pública (a maior percentagem de saídas justificadas por este motivo deram-se na Administração Regional e Local - 82.1%). O peso do emprego público na população activa e empregada em Portugal desde 2011 até ao 2º trimestre de 2014 encontra-se na tabela seguinte:

Peso do emprego público no mercado de trabalho

	Administração Pública				Adm. Central				Adm. Regional e Local			
	2011	2012	2013	2014 (2T)	2011	2012	2013	2014 (2T)	2011	2012	2013	2014 (2T)
Núm. de empregados no sector público	612,566	585,600	563,739	552,959	458,951	437,081	419,406	411,407	153,615	148,519	144,333	141,552
Peso na pop. Activa ¹⁾	11.1%	10.7%	10.7%	10.5%	8.3%	8.0%	7.9%	7.8%	2.8%	2.7%	2.7%	2.7%
Peso na pop. Empregada ²⁾	12.7%	12.9%	12.6%	12.2%	9.5%	9.6%	9.4%	9.1%	3.2%	3.3%	3.2%	3.1%

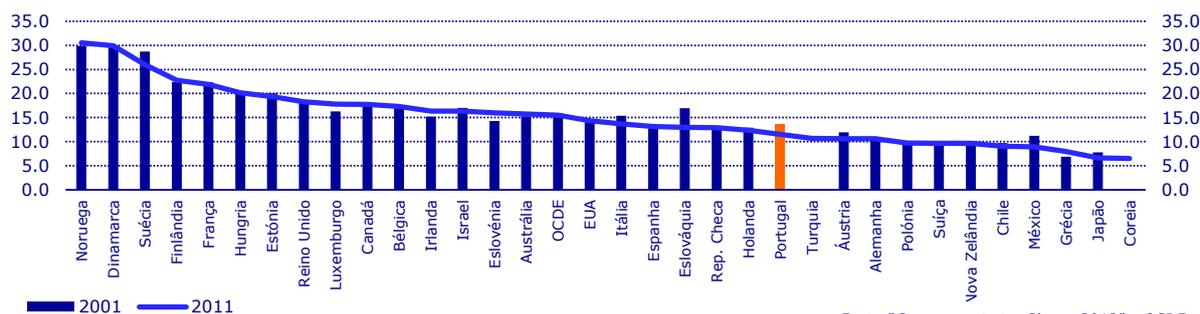
Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Nota: ¹⁾População activa: indivíduos com mais de 15 anos que se encontrem disponíveis para trabalhar. Inclui empregados e desempregados.; ²⁾População empregada: indivíduos com mais de 15 anos que trabalharam, no período de análise, pelo menos uma hora e que receberam uma remuneração em troca de mão-de-obra. Inclui trabalhadores por conta própria e de outrem.

Como é visível, a dimensão do sector público, medida pelo número de empregados, tem vindo a diminuir desde 2011, o que pode ser observado também no peso do sector público na população activa, que em 2011 era de 11.1% e em 2014 é de 10.5%, um decréscimo de 0.6 p.p.. O peso na população empregada portuguesa também tem registado diminuições, com excepção para o ano de 2012, em que atinge uma percentagem de 12.9%. Os dados mais recentes para 2014 dão conta de uma percentagem de 12.2%, uma diminuição de 0.5 p.p. comparativamente a 2011.

Peso do emprego nas administrações públicas na população activa para países da OCDE

(em percentagem)



Fonte: "Government at a Glance 2013" - OCDE

OPINIÃO

O gráfico anterior compara o peso do emprego nas administrações públicas na população activa para os países da OCDE, incluindo Portugal, em 2001 e 2011. Através deste gráfico é possível verificar uma tendência de diminuição da dimensão do sector público, medida em termos do peso que o emprego público tem na população activa. Portugal, comparativamente aos outros países, é um dos que apresentou uma diminuição mais acentuada face a 2001, e registou, em 2011, uma percentagem menor (11.1%) do que a média dos países da OCDE (15.5%).

A distribuição dos funcionários públicos pelos subsectores da Administração Pública, representada pelo gráfico lateral, dá conta de que vários países da OCDE têm mais funcionários nos outros níveis que não o central, o que indica mais responsabilidades delegadas ao nível regional e local. Contudo, nos últimos 10 anos (findos em 2011), a percentagem de pessoal empregue na Administração Central manteve-se estável, com algumas excepções, como a Espanha, que assistiu a um processo de descentralização muito acentuado (aumento de 10% do emprego nos níveis que não o central), influenciado, também, pela redução de funcionários públicos que se assistiu neste país desde 2010. Por outro lado, a Noruega registou um desempenho contrário, com um aumento de 13% no pessoal empregue na Administração Central.

O quadro seguinte mostra de que forma o número de funcionários públicos diminuiu em alguns cargos da Administração Pública, com especial relevância para os enfermeiros, professores e pessoal administrativo, os cargos mais afectados com as políticas de redução de pessoal.

Assim sendo, verifica-se que, ao longo da vigência do programa de assistência económica e financeira da Troika, a maior diminuição do emprego público deu-se nos educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário (-14.1%). Os assistentes operacionais também diminuíram de forma significativa (-11.2%), juntamente com os assistentes técnicos/administrativos (-9.1%). Também os enfermeiros sofreram uma queda considerável (-8.3%), contrariamente aos médicos, cujo número aumentou ligeiramente em 1.8%. Outro cargo que assistiu a uma queda assinalável foi o das Forças Armadas, com uma variação negativa de 9.6%.

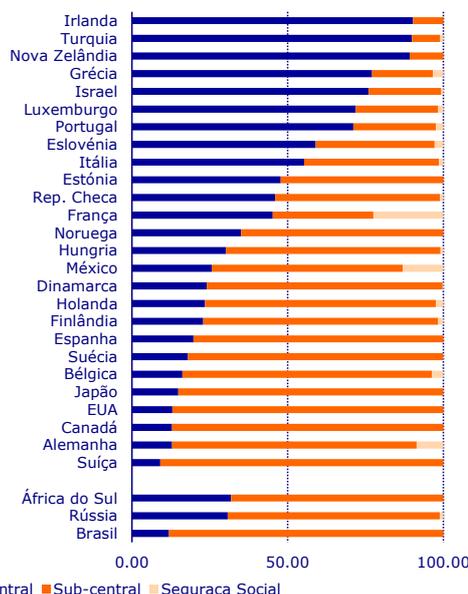
• Remunerações da Administração Púb. em % do PIB

O gráfico seguinte mostra a evolução das remunerações da Administração Pública, em percentagem do PIB, para Portugal:

Como é visível pelo gráfico, a partir do ano terminado no 1º trimestre de 2013, este indicador reverte a tendência de queda que se tinha vindo a assistir desde finais de 2010, atingindo no ano terminado no 1º trimestre de 2014 uma percentagem de 10.5% do PIB. Esta reversão durante o ano de 2013 deve-se, essencialmente, à reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal, enquanto no 1º trimestre de 2014 volta a diminuir a percentagem, devido à quebra das remunerações aplicadas aos funcionários públicos.

Distribuição dos funcionários públicos por níveis da Administração Pública, 2011

(em percentagem do total da pop. da AP)



Fonte: "Government at a Glance 2013" - OCDE

Emprego na Adm. Pública por cargo/carreira/grupo

	2011	2014	Variação	Variação (%)
Total	612,566	552,959	-59,607	-9.7%
Dirigente intermédio	9,646	8,456	-1,190	-12.3%
Técnico Superior	53,074	50,660	-2,414	-4.5%
Assistente técnico/administrativo	82,842	75,294	-7,548	-9.1%
Assist. operacional/operário/auxiliar	140,207	124,496	-15,711	-11.2%
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico/Secund.	150,852	129,640	-21,212	-14.1%
Docente Ensino Universitário	13,994	13,674	-320	-2.3%
Docente Ensino Superior Politécnico	9,695	8,946	-749	-7.7%
Forças Armadas	34,509	31,209	-3,300	-9.6%
Médico	7,462	7,594	132	1.8%
Enfermeiro	9,615	8,820	-795	-8.3%

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Remuneração dos funcionários da Administração Pública

(em percentagem do PIB)



Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Tal como é possível concluir pela análise do gráfico, Portugal tem vindo a seguir a tendência de diminuição das remunerações em percentagem do PIB na União Europeia e na Zona Euro, embora se verifique uma redução mais acentuada para o nosso país.

Evolução das remunerações das administ. púb. em % do PIB, em Portugal e na UE (ano terminado no trimestre)

(% PIB, índice)

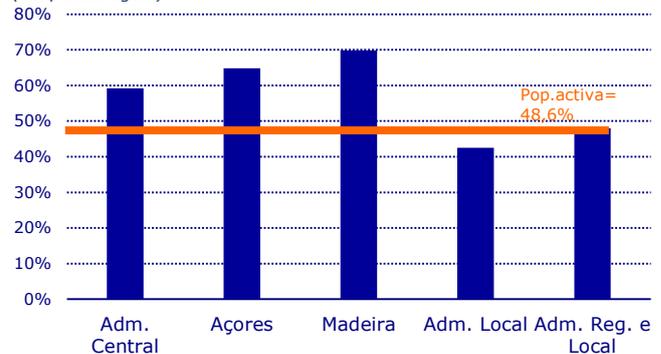


Taxa de feminização na Administração Pública e na população activa

As mulheres têm tido cada vez mais um papel relevante e crescente no mercado de trabalho português, e isso é visível na Administração Pública. Os dados mais recentes para o 2º trimestre de 2014 registam uma elevada taxa de participação feminina na AP (56.3%), acima dos 48.6% registados no mercado de trabalho em geral. Especial apontamento para as percentagens registadas na Administração Regional dos Açores, que registou uma percentagem de 64.8% no 2º trimestre de 2014, e para a Administração Regional da Madeira, com uma percentagem de 69.9%. Como é possível ver pelo gráfico seguinte, a Administração Local apresenta uma taxa de feminização de 42.5%, abaixo dos 48.6% verificados para a população activa portuguesa. Na Administração Pública é de realçar o contributo da área da Educação e da Saúde, com taxas de 74.9% e 77.6%.

Taxa de feminização nas administrações públicas e na população activa, 30 Junho/2T 2014.

(em percentagem)



Fonte: Boletim Estatístico da DGAEP nº 11

A tabela seguinte permite-nos ter uma noção da taxa de feminização ao longo dos últimos 4 anos:

De acordo com os dados da tabela, tem-se assistido, desde 2011 até 2014, a um aumento da percentagem de mulheres no mercado de trabalho na população activa portuguesa, um aumento de 1.6 p.p., enquanto na Administração Pública tem-se verificado antes um decréscimo (-0.3 p.p.).

Índice de participação da mulher no mercado de trabalho

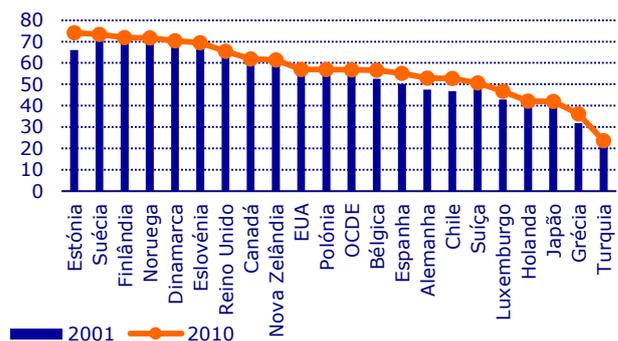
	2011	2012	2013	2014 (2T)
Percentagem de participação no mercado de trabalho	47.0%	47.3%	47.8%	48.6%
Percentagem de participação na adm. Pública	56.6%	56.4%	56.2%	56.3%

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Comparando com os países da OCDE (dados mais recentes para 2010), Portugal está em linha com a média verificada para o conjunto destes países, embora ligeiramente abaixo (em 2010, Portugal tinha uma percentagem de 56.5% e a média dos países da OCDE era de 56.8%), mas à frente de países como a Alemanha e Espanha.

Taxa de feminização nas administrações públicas em países da OCDE, 2010

(% funcionários públicos)



Fonte: "Government at a Glance 2013" - OCDE

OPINIÃO

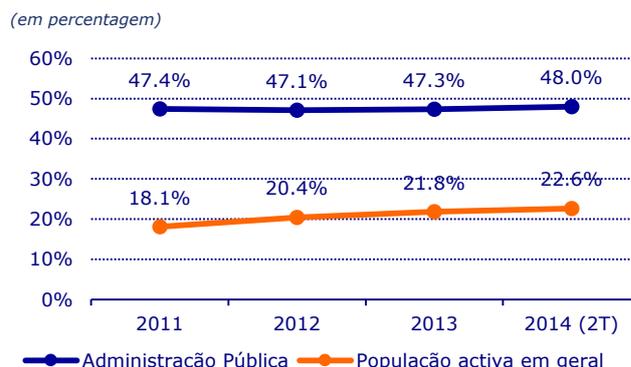
• Nível de tecnicidade do emprego público

O nível de tecnicidade, medido pelo peso de trabalhadores com o ensino superior, verificado na Administração Pública tem, ao longo dos anos, ficado bastante acima do nível verificado para a população activa em geral, apesar de esta ter assistido a aumentos, ainda que pouco significativos. No 2º trimestre de 2014, 48% dos trabalhadores da Administração Pública possuía o ensino superior, 25 pontos percentuais acima do registado na população activa em geral. No final de Junho de 2014, os Ministérios da Educação e Ciência (73.5%), Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (65.3%) e o da Saúde (63.8%) são os que apresentam um maior número de funcionários com este nível de qualificação. Mais de metade dos funcionários com ensino superior são mulheres (67.5%), contrariamente aos 13.8% verificados para a população activa portuguesa.

De realçar que, em 2014, 26.2% dos funcionários públicos tinham apenas o ensino básico, verificando-se a maioria na Administração Local (49.2%).

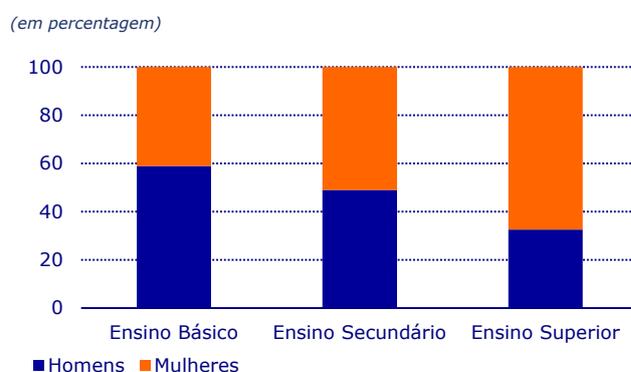
Analisando este indicador pelos cargos da administração pública, os assistentes operacionais, operários e auxiliares apresentam uma parte muito significativa de funcionários com ensino básico (78%). Por seu turno, o cargo de oficial de justiça, oficial dos registos e do notariado e polícia municipal, assim como os assistentes técnicos e administrativos, são os que apresentam mais trabalhadores com ensino secundário, com percentagens de 78.2%, 74.4%, 70.4% e 68.3%, respectivamente. Magistrados, diplomatas, pessoal de investigação científica, médicos, conservadores e notários possuem o ensino superior completo.

Nível de tecnicidade do emprego na AP e população activa em geral, 2011-2T 2014



Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

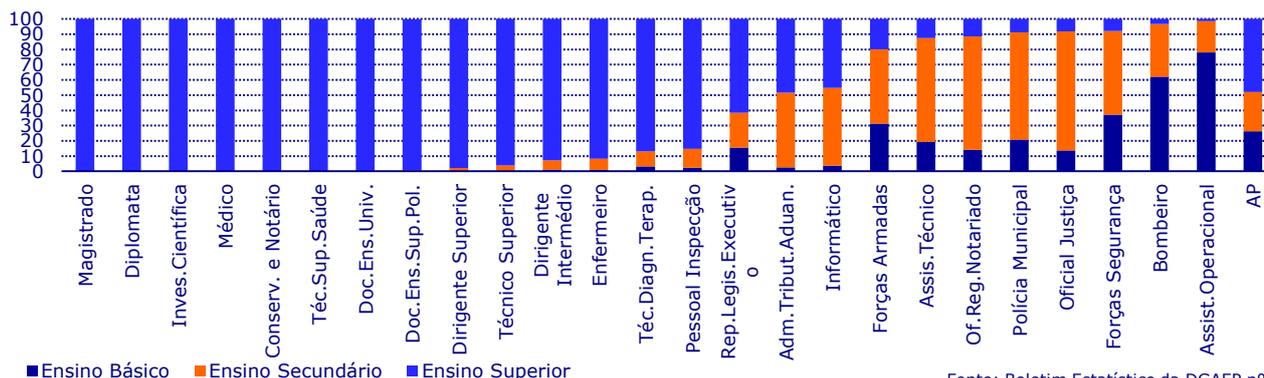
Homens e mulheres nos níveis de escolaridade, 2ºT 2014



Fonte: Boletim Estatístico da DGAEP nº 11

Distribuição dos níveis de escolaridade nos cargos, carreiras e grupos, 2ºT 2014

(em percentagem)



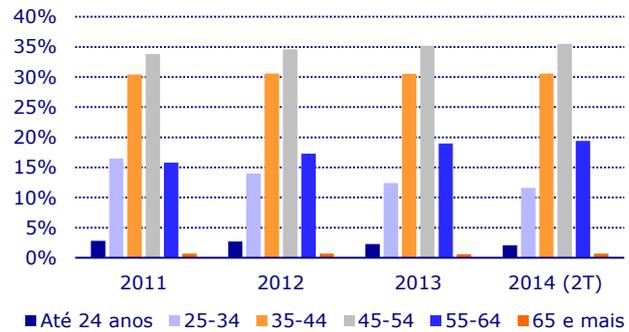
Fonte: Boletim Estatístico da DGAEP nº11

• Estrutura etária dos funcionários do sector público

Os dados mais recentes de Junho de 2014 realçam que 35.5% dos trabalhadores do sector público tinham entre 45 e 54 anos, enquanto 20.1% dos funcionários tinham 55 ou mais anos. De realçar que estas duas classes têm vindo a aumentar desde 2011, como é possível verificar pelo gráfico adjacente. Assim sendo, em 2014, a idade média situa-se nos 45.6 anos, 1.5 anos acima do verificado no final de 2011. O principal sector que permite atenuar uma idade média superior é o das Forças Armadas. Se excluirmos estes funcionários, a idade média seria de 47.1 anos.

Estrutura etária dos funcionários públicos, 2011-2T 2014

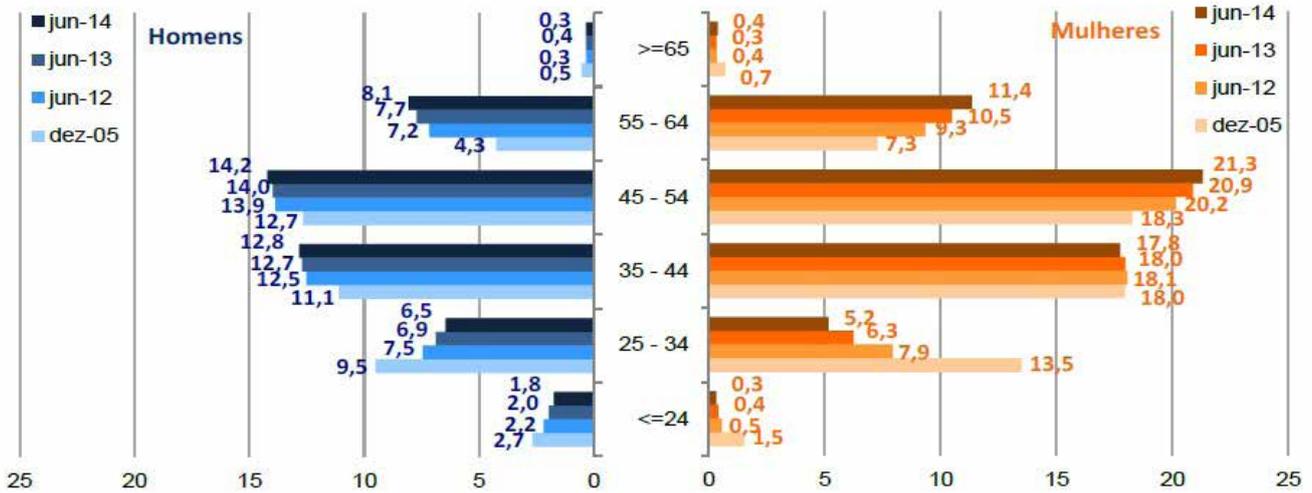
(em percentagem)



Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Pirâmide etária dos trabalhadores nas administrações públicas, 31 de Dezembro 2005 e 30 Junho 2012, 2013 e 2014

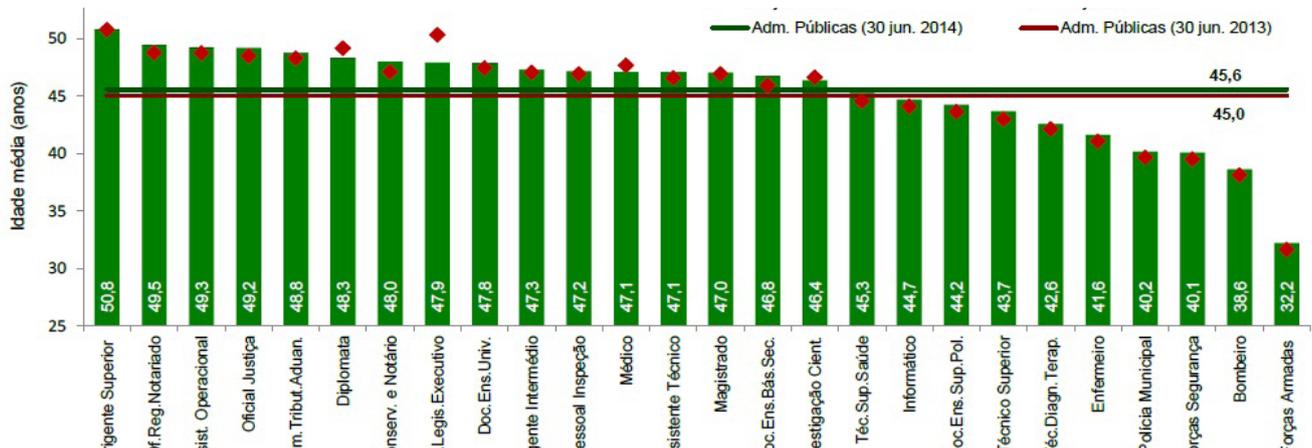
(em percentagem)



Fonte: Boletim Estatístico nº 11.

À data de Junho de 2014, os médicos eram a classe que tinha maior número de trabalhadores com idades entre os 55 e os 64 anos (45.1%). Por outro lado, os cargos onde os funcionários são mais jovens são os das Forças Armadas, polícia municipal, bombeiros e Forças de Segurança (maior número de funcionários com menos de 40 anos). O gráfico seguinte permite fazer uma análise comparativa da idade média dos trabalhadores por cargo, entre 30 de Junho de 2014 e o período homólogo de 2013.

Idade média estimada dos trabalhadores por cargo, carreira e grupo, 30 Junho 2013 e 2014



Fonte: Boletim Estatístico nº 11.

OPINIÃO

Por esta representação, percebe-se que houve cargos para os quais a idade média diminuiu, embora em grande parte dos cargos se tenha verificado um agravamento deste indicador, assim como se assiste a um aumento da idade média da Administração Pública em Junho de 2014, de 45.6 anos, comparando com 45.0 anos em igual período do ano anterior. Para a maior parte dos cargos, a idade média foi superior à média verificada nas administrações públicas.

• Despesas com pessoal da Administração Pública

Desde 2011 que se tem vindo a assistir à diminuição das remunerações médias mensais na Administração Pública. A queda mais significativa deu-se em Janeiro de 2012 comparativamente a Outubro de 2011, sendo que, dados mais recentes, dão conta de uma remuneração média mensal a rondar os EUR 1,500 mensais. A Administração Central é a que apresenta remunerações médias mensais superiores (EUR 1,662 comparativamente com EUR 1,113 verificados na Administração Regional e Local).

Remunerações médias mensais na Adm.Pública

	2011		2012		2013			2014			
	Out.	Jan.	Abr.	Jul.	Out.	Jan.	Abr.	Jul.	Out.	Jan.	Abr.(p)
Administração Pública	2,012	1,604	1,585	1,596	1,595	1,601	1,598	1,594	1,593	1,514	1,519
Administração Central	1,752	1,761	1,740	1,747	1,748	1,755	1,751	1,746	1,749	1,659	1,662
Administração Regional e Local	1,159	1,156	1,142	1,157	1,158	1,158	1,158	1,161	1,156	1,103	1,113

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

O documento da Síntese de Execução Orçamental de Agosto de 2014 permite-nos ter uma ideia da evolução das despesas com pessoal no Estado português por subsector da Administração Pública. O gráfico seguinte mostra a evolução das despesas com pessoal do Estado em termos agregados, entre 2010 e Agosto de 2014 (dados mais recentes):

Desde 2011, verifica-se uma diminuição das despesas com pessoal do Estado, interrompida em 2013, mas retomando no ano seguinte e com perspectivas de continuação da redução.

Em relação à Administração Central e Segurança Social, verifica-se que a despesa aumentou 3.3% face ao período homólogo, ainda que de forma menos acentuada do que se tinha verificado até Julho (+3.9%), contribuindo de forma mais significativa o aumento das transferências e das despesas com pessoal. Para este último caso, a taxa de variação homóloga acumulada foi de 8.9%, contrariamente à taxa de 9.3% verificada até Julho, registando um valor de EUR 8,836.2 milhões de execução acumulada em 2014, face a EUR 8,114.8 milhões de euros em igual período do ano anterior. As justificações apontadas pela Direcção Geral do Orçamento (DGO) para este aumento tem a ver com o desfasamento temporal do pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos face ao ano anterior, a reversão verificada na redução remuneratória aplicada este ano, resultado da decisão de inconstitucionalidade apontada pelo Tribunal Constitucional a uma medida do Orçamento de Estado para 2014, e o aumento da taxa de contribuição das entidades públicas empregadoras para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social.

Dentro da Administração Central, a despesa com o pessoal tinha a seguinte distribuição por subsector:

Distribuição da despesa com pessoal por subsector na Administração Central

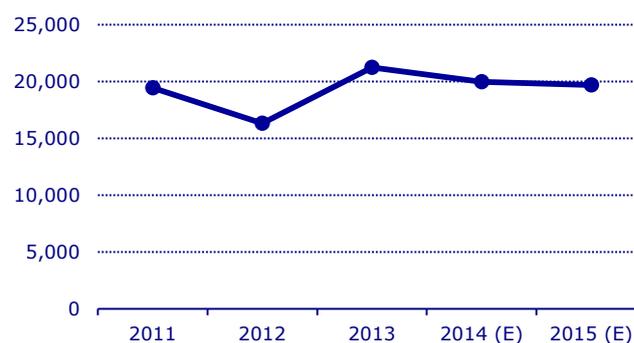
Como é visível pelo quadro, dentro da Administração Central, em 2014 (até Agosto), houve uma variação positiva de 8.9%, sendo que a área da Ciência e Ensino Superior foi a que apresentou uma variação homóloga acumulada superior face às restantes áreas (11.9%), seguido pela Justiça (10.6%) e pelo Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar (10.3%).

Programa Orçamental	Execução Acumulada		Variação Homóloga acumulada (%)		Contributo VHA ago (em p.p.)
	2013	2014	Julho	Agosto	
Total	7,939.4	8,642.9	9.3	8.9	
Do qual:					
Ensino Básico e Sec. e Adm.Esc.	2,780.4	3,067.6	10.7	10.3	3.6
Ciência e Ensino Superior	784.0	877.2	12.7	11.9	1.2
Justiça	637.9	705.8	11.1	10.6	0.9
Segurança Interna	1,017.8	1,083.0	7.0	6.4	0.8
Saúde	633.4	686.8	9.3	8.4	0.7
Defesa	798.8	845.9	6.5	5.9	0.6

Fonte: Direcção-Geral do Orçamento.

Despesas com pessoal do Estado

(mil euros)



Fonte: INE e DGO

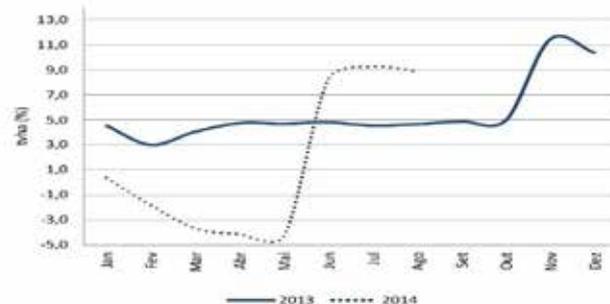
Como se pode ver pelo gráfico seguinte, a taxa de variação homóloga acumulada das despesas com pessoal na Administração Central estava a diminuir desde o início do ano, sofrendo uma subida muito significativa em Maio, resultado das consequências já apontadas em cima.

Na Administração Regional e Local, assistiu-se, em 2012, a uma redução substancial face a 2011, contrariamente ao que se tem vindo a registar nos anos seguintes e para o que se prevê para este ano e 2015.

Em termos globais, e como é possível ver pela tabela seguinte, dados de 2012 dão conta de que a França é o país com uma percentagem das despesas com pessoal no total da União Europeia (19.4%) e Zona Euro (26.9%) superior. Neste conjunto de países, Portugal é o que contribuiu menos para o total de despesas com pessoal. Se atentarmos no peso que as despesas com pessoal têm no total de despesas do sector público, para cada um dos países, percebe-se que Portugal tem uma percentagem superior (20.8%) face à Alemanha (17.1%). No conjunto das principais economias, Espanha é o país que tem a percentagem superior (23.6%), seguido de perto pela França (23.3%). A Itália tem uma percentagem ligeiramente superior à verificada para Portugal (20.9%). Se verificarmos o total da União Europeia a 27 países e a Zona Euro, percebe-se que as despesas com pessoal têm uma percentagem muito significativa no total dos custos do sector público. Dados mais recentes poderiam ajudar a perceber se as reformas aplicadas pelos Estados no sector público estão a ter impacto na redução das despesas com o pessoal.

Despesa com o pessoal da Administração Central, 2013 e 2014

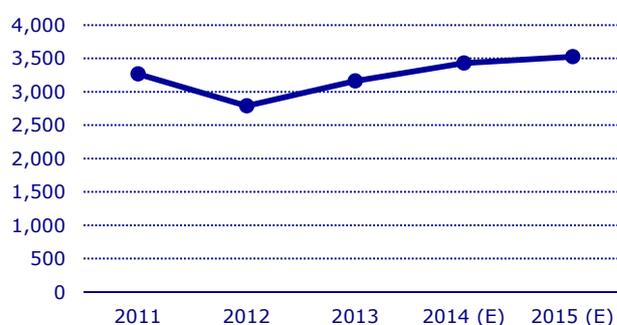
(tx. var. hom. %)



Fonte: Síntese de Execução Orçamental Agosto 2014

Despesas com pessoal do Estado (Administração Regional e Local)

(milhões euros)



Fonte: DGO

Despesas com pessoal no sector público (2012)

	UE-27	ZE-17	Alemanha	Espanha	França	Itália	Portugal
Despesas com pessoal	1,379,495.7	993,720.9	203,210.0	116,087.0	267,705.0	165,366.0	16,308.9
Total das despesas da Adm. Pública	6,376,815.1	4,736,149.5	1,191,490.0	491,414.0	1,151,257.0	792,583.0	78,243.8
Peso das despesas com pessoal nas despesas na Zona Euro	-	-	20.4%	11.7%	26.9%	16.6%	1.6%
Peso das despesas com pessoal nas despesas na União Europeia	-	-	14.7%	8.4%	19.4%	12.0%	1.2%
Peso das despesas com pessoal no total das despesas do Estado	21.6%	21.0%	17.1%	23.6%	23.3%	20.9%	20.8%

Fonte: Eurostat

Se analisarmos as despesas com pessoal do sector público em percentagem do PIB de cada região (tabela seguinte), verificamos que Portugal foi dos países da União Europeia que mais esforço fez na diminuição dos custos com pessoal na Administração Pública, desde 2010 até 2012, com uma redução da percentagem de 2.2 pontos percentuais face a 2010. Do conjunto das principais economias, a Espanha foi a que verificou uma redução das despesas com os funcionários públicos em percentagem do PIB mais significativa (0.8 p.p.), sendo que as duas principais economias não ajustaram estas despesas de forma tão significativa (0.2 p.p. para Alemanha e França), destacando-se França com valores superiores à média (13.2% em 2012).

Despesas com pessoal em percentagem do PIB

	2010	2011	2012
União Europeia 27	11.1%	10.8%	10.7%
Zona Euro 17	10.9%	10.6%	10.5%
Alemanha	7.8%	7.6%	7.6%
Espanha	12.0%	11.8%	11.2%
França	13.4%	13.1%	13.2%
Itália	11.1%	10.7%	10.6%
Portugal	12.2%	11.3%	10.0%

Fonte: Eurostat

OPINIÃO

O compromisso das autoridades portuguesas na redução dos custos com pessoal no sector público foi um dos aspectos inscritos no Programa de Assistência Económica e Financeira iniciado em Maio de 2011 e terminado em Junho deste ano. Neste âmbito, desde 2011 foram adoptadas medidas de consolidação orçamental com efeitos sobre o comportamento da despesa pública com pessoal, que se reflectiram na redução do rendimento dos funcionários públicos. Estas medidas incluíram o congelamento de salários e pensões, com excepção das mais baixas até 2013; a redução de pensões superiores a EUR 1,500 a partir de 2012; a redução do número de funcionários da Administração Central em 2012-13 em 1%, através da redução de novas contratações; e a racionalização dos funcionários da Administração Local e Regional, através da redução anual de 2% do emprego.

Resumidamente apresentamos as medidas com maior impacto na despesa pública com pessoal:

Documento	Medida	Notas
OE2012	Suspensão durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou quaisquer prestações correspondentes aos 13. ^o e ou 14. ^o , cuja remuneração base mensal seja superior a 1000 euros. As remunerações acima de 485 euros ficam sujeitos a uma redução progressiva nestas prestações.	
OE2012	Manutenção das reduções salariais aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2011: a) 3.5 % sobre o valor total das remunerações superiores a € 1500 e inferiores a € 2000; b) 3.5 % sobre o valor de € 2000 acrescido de 16 % sobre o valor da remuneração total que exceda os € 2000, equivalente a uma taxa global que varia entre 3.5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a € 2000 até € 4165; c) 10% sobre o valor total das remunerações superiores a € 4165; d) Ficam isentos os salários abaixo dos € 1500.	Mantida no OE2013. Reactivada após declaração de inconstitucional da redução progressiva entre 2.5% e 12%, com carácter transitório dos salários superiores a €600, prevista no OE2014.
OE2012	Proibição de valorizações, acréscimos remuneratórios ou prémios.	Mantida nos OE2013 e 2014.
OE2012	Redução anual em 2% do número de funcionários públicos.	Mantida nos OE2013 e 2014.
OE2012	Redução de 50% do pagamento de trabalho extraordinário à Administração Pública: a) 25 % da remuneração na primeira hora; b) 37.5% da remuneração, nas horas ou fracções subsequentes; c) O trabalho extraordinário prestado em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado, é também reduzido em 50%, passando a conferir o direito a apenas um acréscimo de 50% da remuneração por cada hora de trabalho efectuado.	
OE2013	Suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente, idêntico ao de 2012: a) Para remunerações base mensais superiores a 1.100€ não há pagamento de subsídio de férias ou equivalente. b) Para remunerações base mensais iguais ou superiores a 600€, mas inferiores a 1.100€, o montante a auferir é calculado nos seguintes termos: Subsídio/Prestação = 1.320 - 1,2 x remuneração base mensal; c) Para remunerações base mensais inferiores a €600 não se aplica a suspensão;	Declarada inconstitucional
OE2014	Redução progressiva entre 2.5% e 12%, com carácter transitório, às remunerações mensais superiores a €600 de todos os trabalhadores das Administrações Públicas e do Sector Empresarial do Estado, bem como dos titulares de cargos políticos e outros altos cargos públicos. Serão todavia protegidos os rendimentos mensais até 600 euros, aplicando-se apenas a redução necessária para a percepção desse valor. Esta medida substitui a redução de carácter transitório entre 3.5% e 10% para rendimentos mensais acima de €1500 introduzido pelo Orçamento do Estado para 2011. A regra da redução remuneratória de carácter transitório pode ser descrita como segue: para valores de remunerações até €2000, aplica-se uma taxa progressiva que varia entre os 2.5% e os 12%; acima desse valor, aplica-se a taxa de redução de 12.	Declarada inconstitucional
OER2013	Alteração do período normal de trabalho de 35 para 40 horas semanais,	Mantida no OE2014
OER2013	Introdução do sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas:	
OER2013	Aumento das contribuições dos beneficiários para os subsistemas de protecção na doença (ADSE, SAD e ADM) de 1.5% para 2.25%.	No OER2014 a contribuição aumenta para 3.5%

• Condições de trabalho no sector público

A tabela que se segue mostra como, em 2012 para Portugal e em 2010 para a média dos países da OCDE e restantes países analisados, se distribuíam a média das horas trabalhadas por ano e por semana, assim como o número médio de dias de férias e de feriados que o sector público de cada país beneficiava.

Como é possível verificar, Portugal tinha, em 2012, menos horas trabalhadas por ano (1,622 horas), em média, do que os países da OCDE (1,745 horas). A par disso, tinha menos horas trabalhadas por semana (35 horas) do que a maior parte dos restantes países, compensado pelo menor número médio de feriados durante o ano (7 dias).

Número médio de horas trabalhadas por ano e por semana, e número médio de dias de férias e de feriados por ano no sector público

	Média das horas trabalhadas/ano (horas)	Médias das horas trabalhadas/semana (horas)	Núm.Médio de dias de férias (dias)	Núm.Médio de feriados (dias)
OCDE	1,745.0	-	-	-
Portugal	1,622.0	35.0	22.0	7.0
Espanha	1,663.0	37.5	22.0	14.0
Alemanha	1,814.0	41.0	29.5	10.0
França	1,573.0	35.0	25.0	11.0
Itália	1,676.0	36.0	24.0	4.0

Fonte: "Human Resources Management Country Profiles", OCDE.

• Emprego Público nas EPE

A tabela que se segue regista o número de empregados nas Entidades Públicas Empresariais (EPE) da Administração Central, da Administração Regional dos Açores (existem dados apenas para esta região), juntamente com o total de empregados nestas duas administrações e na AP. Para além disso, é calculado o peso do emprego nas EPE da Administração Central e Regional no total do emprego registado para estas zonas, assim como na Administração Pública.

Analisando os dados desde finais de 2011, verifica-se que o número de funcionários das EPE da Administração Central tem vindo a diminuir até Junho de 2014, contrariamente ao verificado nas EPE dos Açores, cujo número de funcionários tem assistido, desde 2012, a um aumento, atingindo em Abril deste ano o valor mais elevado dos últimos 3 anos. O peso do emprego das EPE no total do emprego da Administração Central tem registado poucas oscilações, sendo que os dados existentes para 2014 registam um ligeiro aumento face ao ano de 2013, acontecendo o mesmo no total do emprego da Administração Pública. O peso do emprego das EPE dos Açores sobre o emprego na Administração Regional tem registado um aumento, confirmação do crescente número de funcionários que estas entidades têm registado.

Emprego nas Entidades Públicas Empresariais

	2011	2012	2013	2014 (2T)
EPE Adm.Central	5,536.0	5,511.0	5,010.0	4,927.0
EPE Regional (Açores)	126.0	104.0	118.0	143.0
Adm.Central (Total)	458,951.0	437,081.0	419,336.0	411,407.0
Adm.Regional e Local (Total)	153,615.0	148,519.0	144,333.0	141,552.0
Adm.Pública (Total)	612,566.0	585,600.0	563,739.0	552,959.0
Peso na Adm.Central	1.21%	1.26%	1.19%	1.20%
Peso na Adm.Regional e Local	0.08%	0.07%	0.08%	0.10%
Peso na Adm.Pública	0.92%	0.96%	0.91%	0.92%

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

Ao mesmo tempo, também se tem vindo a assistir a uma redução acentuada nas remunerações médias mensais auferidas pelos funcionários das EPE, medidas pelo ganho médio mensal (os dados são relativos a Outubro de cada ano, com excepção para 2014, onde há, apenas, informação para Abril). Mais uma vez, verifica-se uma direcção contrária das EPE dos Açores, cuja remuneração média mensal aumentou de forma significativa de 2013 para 2014, contrariando a tendência de queda verificada nos anos anteriores e em sentido contrário ao verificado nas remunerações médias mensais da Administração Regional e Local.

Remunerações médias mensais nas EPE (ganho médio mensal)

	2011	2012	2013	2014 (2T)
EPE Adm.Central	1,856.6	1,799.1	1,784.7	1,681.6
EPE Regional (Açores)	1,733.8	1,712.0	1,561.8	1,771.1
Adm.Central	1,751.8	1,748.4	1,748.7	1,661.9
Adm.Regional e Local	1,159.2	1,157.8	1,155.9	1,113.1
Adm.Pública	1,599.9	1,594.5	1,593.1	1,518.6

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP

OPINIÃO**• Mobilidade no sector público (Sistema de requalificação)**

De acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), lei n.º 35/2014 de 20 de Junho, os funcionários públicos podem ser sujeitos a mobilidade, “quando haja conveniência para o interesse público”, nomeadamente “quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham”. O regime de Requalificação (anterior mobilidade) aplica-se a todos os trabalhadores da administração directa e indirecta do Estado. São colocados neste programa os trabalhadores que sejam considerados excedentários nos seus serviços ou quando houver desequilíbrios económico-financeiros que obriguem à racionalização do número de trabalhadores efectivos.

A mobilidade pode requerer aceitação por parte do trabalhador. É dispensado o acordo do trabalhador quando o novo local de trabalho se situe até 60 km do local de residência e desde que uma destas situações se verifique: o novo posto de trabalho se situe no mesmo concelho da residência ou em concelho limítrofe, ou o novo local se situe num concelho integrado na área metropolitana do Porto ou de Lisboa ou num concelho fronteiriço quando a residência do trabalhador se situe numa destas áreas. Os trabalhadores aqui abrangidos podem requerer a dispensa no prazo de 10 dias justificando com, por exemplo, prejuízo para a vida pessoal, falta de transportes públicos entre a residência e o local de trabalho ou a duração excessiva da deslocação entre os dois locais.

A duração máxima da mobilidade está estabelecida em 18 meses, com excepções, e pode ser prorrogado por mais 6 meses quando esteja a decorrer concurso para o preenchimento daquele posto de trabalho.

Dados do Boletim Estatístico do Emprego Público nº11, registam uma diminuição do número de pessoas inseridas no sistema de requalificação de 4.2%, em termos agregados entre 2013 e 2011. No entanto, se compararmos o final de 2013 com o período homólogo de 2012, assistiu-se a um aumento de 1.7%. A tabela seguinte mostra o total de trabalhadores inseridos neste sistema desde finais de 2007:

Os dados mais recentes (final de 2013) dão conta de uma taxa de feminização de, aproximadamente, 50%, com 62.6% dos trabalhadores inseridos neste regime com habilitações ao nível do ensino básico e 22.7% com qualificações de nível superior. Relativamente aos grupos etários, 79.4% dos trabalhadores têm 50 anos ou mais e 23% têm mais de 60 anos.

Trabalhadores em situação de requalificação/mobilidade							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Total	1,338	1,585	1,788	1,305	1,176	1,108	1,127

Fonte: Boletins Estatísticos da DGAEP
Nota: * (provisório)